

Desigualdades / Inequalities

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.24>

Maria João Leote de Carvalho

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH), Portugal

Sílvia Gomes

Department of Criminology and Criminal Justice, Nottingham Trent University (NTU), United Kingdom e CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH), Portugal

Vera Duarte

Universidade da Maia (ISMAI) e CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo Universidade do Minho, Portugal

Desigualdades⁴

A oportunidade de uma criança viver uma vida saudável, de desenvolver-se em todo o seu potencial e exercer um papel ativo na sociedade é o mais básico dos direitos humanos. Contudo, as desigualdades sociais na infância são múltiplas e complexas abrangendo um vasto espectro de circunstâncias, resultados e oportunidades nos contextos de vida das crianças (Dornan & Woodhead, 2015). Enquanto aspeto estruturante e transversal das sociedades (Costa, 2012), as desigualdades são expressão das relações de poder entre forças políticas, económicas e culturais que estruturam a vida social, em todas as suas dimensões (Silva, 2009). Desse processo resulta um tratamento desigual em termos do acesso à distribuição de recursos e oportunidades na população e, deste modo, das crianças e das suas famílias.

De um ponto de vista teórico, na sociedade em que vivemos, à luz do quadro de direitos consagrados nas normas internacionais, cada criança pode alcançar qualquer posição social e concretizar todas as suas aspirações. Contudo, o seu bem-estar e qualidade de vida são moldados pelo peso da discriminação, do preconceito, da inibição de acesso pleno a recursos materiais e simbólicos fundamentais em função da sua origem social, étnica, cultural, geográfica, de género ou de fé e religião, entre outras. Oportunidades desiguais traduzem-se, potencialmente, em resultados desiguais no desenvolvimento e saúde das crianças, na sua inclusão social e no acesso a recursos, com efeitos particularmente significativos na primeira infância que podem arrastar-se em desvantagens para toda a vida. Quanto mais intensa e/ou prolongada no tempo for antes a experiência de vivência de qualquer tipo de desigualdade, mais prejudiciais podem ser os seus impactos.

⁴ A participação de Carvalho neste texto decorre de projeto de investigação apoiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia através de Bolsa individual de Pós-Doutoramento (SFRH/BPD/116119/2016) com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do POCH – Programa Operacional do Capital Humano, e por fundos nacionais do MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Carvalho acknowledges that her participation in this work was supported by the FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia through an individual Postdoctoral research grant (SFRH/BPD/116119/2016), under Operational Human Capital Program (POCH) funds, co-financed by the European Social Fund (ESF) and the Ministry of Science, Technology and Higher Education (MCTES).

Os progressos registados no domínio das neurociências nos últimos anos potenciam uma compreensão mais aprofundada sobre como experiências adversas na infância, significativamente associadas a desigualdades sociais, alteram o desenvolvimento do cérebro e podem afetar o funcionamento do sistema neurocognitivo da criança e a forma como se relaciona com os outros no presente e no futuro. Contudo, as crianças não crescem no vácuo e é o contexto social em que vivem que expressivamente funciona a favor ou contra o seu desenvolvimento biopsicossocial (Brito & Noble, 2014).

Na dualidade entre o individual e o social, emerge a necessidade de entendimento sobre as razões que levam as trajetórias de muitas crianças a ser atravessadas por problemas sociais resultantes de desigualdades de ordem diversa quando, paradoxalmente, nunca como agora as sociedades dispuseram de tanta informação e meios para promover o bem-estar e a melhoria das condições de vida de todos os grupos da população. Afigura-se, pois, que o sentimento universal de solidariedade dificilmente terá sido difundido de forma tão alargada e intensa no passado, mas, ao mesmo tempo, nunca os desequilíbrios, as ocasiões de conflito e as desigualdades terão tido a visibilidade que hoje têm. São situações que se reportam a comunidades que interagem em presença de padrões de risco e de exclusão que, por si mesmos, se sustentam como paradigmas a partir de práticas e de noções socialmente construídas.

No presente, as desigualdades sociais na infância, sejam de classe, estratificação e mobilidade social, de natureza económica, de género, étnica ou racial, educacional, de saúde, digitais e tecnológicas, religiosas, entre outras, devem ser lidas levando em consideração: a) a sua atualidade e globalidade, dada a presença significativa num mundo cada vez mais (inter)conectado e interdependente; b) a sua multidimensionalidade, porque assentam numa pluralidade de expressões em diferentes dimensões da vida social; e c) a interseccionalidade que nos mostra que as diferentes desigualdades interagem em níveis múltiplos e simultâneos, criando um sistema de opressão que se reproduz nas ações dos diferentes atores sociais (Costa, 2012). Assim, nesta área, impõe-se não só uma articulação dos diversos tipos de desigualdades nas condições objetivas de vida da criança, como também uma hierarquização dos níveis de análise e da sua temporalidade.

Durante muito tempo, a igualdade de direitos foi essencialmente estabelecida como igualdade formal. Pensar os Direitos da Criança enquanto condição básica que funda a dignidade da vida de cada criança, em particular, e de todas as crianças, em geral, implica ir além do mero plano formal e

compreender que o que as crianças sentem sobre si mesmas e sobre o seu bem-estar é um importante indicador da desigualdade e também da reprodução social das próprias desigualdades.

Algumas formas de desigualdade, como as de género, tornam-se mais relevantes à medida que as crianças crescem, a idade avança e vão construindo e afirmando a sua identidade pessoal. Outras, como as desigualdades étnicas, raciais ou culturais, afetam desproporcionalmente, desde cedo, determinados grupos sociais em função da comunidade em que vivem.

Mas um outro ponto emerge nesta discussão. Acresce a desigualdade na forma como, muitas vezes, a infância, enquanto geração, é percecionada pelas restantes gerações, num patamar de uma certa subalternidade que desvaloriza o papel ativo das crianças enquanto membro de pleno direito de uma sociedade no presente, e não apenas na sua condição dos adultos que irão ser no futuro. O papel das crianças na sociedade é complexo e, *a priori*, está definido pelos adultos dependendo do seu entendimento sobre quando e como as crianças devem participar na vida social.

É, pois, fundamental, não dissociar o questionamento sobre as desigualdades sociais do discurso sobre os direitos, na medida em que estes têm de ser vistos em função da sua aplicação efetiva na vida de cada criança. A desigualdade é, neste sentido, uma questão central na dimensão da proteção à infância.

Inequalities

The opportunity for a child to live a healthy life, to develop to full potential and to play an active role in society is the most basic of human rights. However, social inequalities in childhood are multiple and complex, covering a wide range of circumstances, outcomes and opportunities in children's life contexts (Dornan & Woodhead, 2015). As structural and transversal to societies (Costa, 2012), inequalities are an expression of the power relations among political, economic and cultural forces that structure social life, in all its dimensions (Silva, 2009). This process results in unequal treatment in terms of access to the distribution of resources and opportunities in the population – and, in this way, of children and their families.

From a theoretical point of view, in our society, within the framework of rights enshrined in international norms, all children can reach any social position and fulfill all their aspirations. However, their well-being and

quality of life are shaped by the pressure of discrimination, prejudice, and the inhibition of full access to fundamental material and symbolic resources that depend on their social, ethnic, cultural, geographical, gender or faith and religious, origin, among others. Unequal opportunities potentially result in uneven results in children's development and health, in their social inclusion and access to resources, with particularly significant effects in early childhood that can extend to disadvantages for life. How intense and / or prolonged the experience of inequality is, whatever its nature, the more damaging its impacts can be.

Recently progress in the field of neuroscience has promoted a deeper understanding of how adverse childhood experiences associated with social inequalities, alter brain development. These may affect the functioning of the neurocognitive system of children and the way they relate to others in the present and in the future. However, children do not grow up in a vacuum and it is the social context in which they live that expressly works for or against their biopsychosocial development (Brito & Noble, 2014).

In the link between the individual and the social, the need emerges for an understanding of the reasons why the experiences of many children are influenced by social problems resulting from different kinds of inequality. Paradoxically, never before have societies had so much information and means of promoting well-being and improving living conditions for all groups of the population. It seems, therefore, that the shared feeling of solidarity is unlikely to have been spread as widely and intensely in the past. At the same time, however, the imbalances, and the occurrences of conflict and inequality would never have had the visibility that they have today. These are situations that refer to communities that function in the presence of risk and exclusion patterns that, by themselves, are supported as paradigms based on socially constructed practices and notions.

Currently, social inequality in childhood – whether of class, stratification and social mobility, or whether of an economic, gender, ethnic or racial, educational, health, digital and technological nature, religious, among others – should be understood by taking into account: a) its immediacy and global spread, given the significant presence in an increasingly (inter) connected and interdependent world; b) its multidimensionality, because it is based on many different dimensions of social life; and c) the intersectionality that shows us that different inequalities interact at multiple and simultaneous levels, creating a system of oppression that is reproduced in the actions of different social actors (Costa, 2012). Thus, in this area, it is necessary not

only to explain the different types of inequality in the objective conditions of the child's life, but also to organize the levels of analysis and their urgency hierarchically.

For a long time, equality of rights was essentially established as formal equality. Accepting the Rights of the Child as a basic condition that establishes the dignity of children's lives, entails going beyond the formal plan and understanding that what children feel about themselves and about their well-being is an important indicator of inequality and of the ways in which social inequalities reproduce themselves.

Some forms of inequality, such as gender, become more relevant as children grow older, and are building their personal identity. Others, such as ethnic, racial or cultural inequalities, disproportionately affect certain social groups from an early age, depending on the community in which they live.

Another point, however, emerges from this discussion. Inequality in the way that childhood, as a generation, is perceived by other generations, results in a definite level of subordination. This devalues the active role of children as full members of a society and influences the adults of the future. The role of children in society is complex and a priori is set by adults depending on their understanding of when and how children should participate in social life.

It is, therefore, fundamental not to separate the questioning about social inequalities from the discourse about rights, as this must be seen in terms of the effective application in the life of each child. Debating inequality is, in this sense, a central issue in the dimension of child protection.

Referências / References

Brito, N. H. & Noble, K. G. (2014). Socioeconomic Status and Structural Brain Development. *Frontiers in Neuroscience*. 8:276. doi: 10.3389/fnins.2014.00276

Costa, A. F. da C (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais.

Dornan, P. & Woodhead, M. (2015). *How Inequalities Develop through Childhood: Life course evidence from the Young Lives cohort study*, Innocenti Discussion Paper No.2015-01. Florence: UNICEF Office of Research.

Silva, M. C. (2009), Desigualdades e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica. *Configurações*, 5/6, 11-40.